

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO MOVIMENTO DOCENTE

DE MINAS GERAIS: DA UTE AO SIND-UTE

Wellington de Oliveira¹

1 – A sociedade se move....

O presente trabalho pretende apresentar como o movimento docente em Minas Gerais se constitui e se projeta historicamente no cenário sócio-político brasileiro tendo como corte cronológico o final dos anos 1970 até o início do século XXI. Para efeitos analíticos, procurarei estabelecer dois grandes momentos:

1 – o momento constituinte do movimento em associação profissional, o estabelecimento da UTE – União dos Trabalhadores em Educação, 1979 até sua transformação em sindicato por força legal em 1990,

2 – o momento constituído de 1990 ao início dos anos 2000.

Como já fora anunciado será analisado, inicialmente, o momento constituinte, assim denominado porque o movimento ainda se apresenta em construção. Nesse momento as bases se mobilizam, mas ainda não se organizam institucionalmente.

No processo de instituição a UTE – União dos trabalhadores da Educação, traz consigo uma rede de alianças bastante significativas no campo da sociedade civil levando-se em conta o momento histórico. Momento histórico esse caracterizado pelos movimentos trabalhistas de enfrentamento à Ditadura Militar, ou seja, final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Nesse contexto o movimento constitutivo da UTE conta com o apoio do movimento estudantil, o movimento de pais e no espectro político terá um amplo apoio de movimentos políticos de oposição à Ditadura Militar. Além de sindicatos que se encontravam em um momento de reestruturação avançando na

¹ Doutor em Educação pela FAE/UFMG.
Professor Adjunto I da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

construção de uma nova mentalidade sindical, melhor dizendo, “O Novo Sindicalismo”².

Agregado à essa relação no campo da sociedade civil e por essa relação com a mesma, as lideranças formadoras da UTE passam a engajar em um processo mais amplo que visava a formação de um novo partido representativo dos trabalhadores. Ao tomar essa atitude as lideranças se colocavam em uma perspectiva crítica aos tradicionais partidos de esquerda que atuavam no movimento sindical como o Partido Comunista Brasileiro (PCB – atual PPS) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). Evidencia, também, que as referidas lideranças caminhavam no sentido de acreditar na possibilidade de fazer valer os interesses dos trabalhadores por intermédio da conquista do Estado através da “via democrática”. Outro dado importante a ser considerado é que as alianças procuradas e afirmadas historicamente pela diretoria da UTE se consolidam no campo da luta pelas liberdades democráticas, em contraste daqueles que procuraram a luta armada contra a Ditadura Militar. Mesmo porque muitos daqueles que tinham participado as referidas organizações estavam fazendo as revisões.

No intuito de sintetizar o cosmo político reinante naquele período apresentarei um documento enviado pelo movimento docente paulista de apoio ao movimento mineiro. O referido documento foi encaminhado pela diretoria da APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Entidade essa que também havia se reconstituído após um movimento grevista e nos moldes do pensamento político do Novo Sindicalismo. Esse documento foi enviado no dia 21/07/1979 quando do congresso de criação da UTE:

Em todos os locais do Brasil, hoje, os trabalhadores se deparam nas suas lutas, com entidades pelegas e atreladas (...) A isto respondem com a criação de organismos livres, independentes e democráticos. A experiência da organização de comissões por escola, regionais e sua centralização por um comando geral de greve, vivenciada pelos professores de São Paulo, na greve de 1978, é hoje incorporada por todos os trabalhadores. Vivenciada por Minas, que expulsou de suas assembleias os pelegos e rompe com as

² - Novo Sindicalismo: Denominação do movimento sindical que procura romper com a tradição varguista, ou seja, apresenta uma proposta de autonomia frente ao Estado e partidos políticos. Movimento consolidado no final dos anos 1970 com a movimentação dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista.

entidades atreladas, esta experiência culmina com a realização de um congresso estadual (...). Na criação de uma entidade de todos os trabalhadores do ensino de Minas Gerais, consolidam-se essas formas de organização (...). Os professores de Minas Gerais, dessa maneira, tornam-se ponta de lança do movimento de trabalhadores brasileiros, na luta pela derrubada do regime militar, que tem na estrutura sindical vigente um de seus mais fortes pilares de sustentação. (I Congresso da UTE, apud FURTADO, 1993:74).

Ao analisar esse documento que é uma moção de apoio ao movimento dos docentes de Minas Gerais, em sua fase constituinte, emitido pela APEOESP e, com apoio da assembléia de professores paulistas, pode-se verificar a intenção de estabelecer uma rede de solidariedade entre os trabalhadores da educação. Além dessa aproximação entre os movimentos docentes, o documento sinaliza e conclama, também, para uma identificação com o movimento do conjunto da classe trabalhadora, além de que, o movimento de Minas Gerais é citado como vanguarda na luta contra a Ditadura Militar.

Assim como a UTE, a APOESP surge após um movimento de greve em 1978 que durara 24 dias. O eixo principal daquele movimento paredista foi a reivindicação de 20% de reajuste salarial. A reivindicação foi atendida pelo então governador Paulo Egídio Monteiro. Interessante ressaltar que a diretoria da APOESP³ da época não deu apoio ao movimento e, sim um movimento organizado pela oposição àquela diretoria que conseguiu aglutinar forças dentre os docentes. Esse grupo de oposição organizou uma chapa denominada CPEU (Comissão Pró-Entidade Única) que fora vencedora das eleições, mas para tomar posse teve que recorrer à justiça⁴.

Por intermédio desse breve histórico pode-se observar que o momento histórico do final dos anos 1970 no que diz respeito ao movimento trabalhista pautava-se por duas grandes posturas:

- A luta da sociedade civil contra o Estado Autoritário.
- A necessidade do movimento de trabalhadores gerar uma nova postura sindical que fosse autônoma e combativa..

³ - Interessante ressaltar que o movimento renovador na instituição paulista se deu com a eleição da oposição enquanto que em Minas Gerais, a renovação se deu com a criação de uma nova instituição que, no caso, foi a UTE.

⁴ - Vide sítio oficial a PEOESP: <http://WWW.apoesp.org.br/historia/index.htm>

Desta maneira estabelece-se ai uma possibilidade de se gerar uma rede de solidariedade mesmo porque as organizações que militam nos movimentos, especificando a UTE e APEOESP, intercambiavam informações. Uma problemática que coloca para reflexão: existia, portanto, um relacionamento entre os movimentos de trabalhadores da educação?

Perguntado ao professor Fernando Cabral, um dos fundadores da UTE, ele afirma o seguinte: *“Não vou negar que existiam grupos organizados que militavam no movimento de Minas, militavam na APOESP, militavam em outras entidades. Mas o vínculo ai não era do movimento, era de organizações que participavam dos movimentos”*.

Sendo assim, pode-se concluir que o movimento não se articulava enquanto trabalhista e emancipatório, mas em uma perspectiva política partidária. Interessante que a professora Daysi Cunha fez o seguinte depoimento:

É, aquela coisa de partido leninista, que você tem uma célula de professores então discute as questões do movimento que você tira posição, posições políticas que você vai defender no movimento (Você não dialoga com o movimento – fala do entrevistador). Você dialoga, mas você tem uma posição dura, na verdade não é exatamente um diálogo é uma ação de convencimento, concorda comigo? (sic.) Você quer ganhar o sujeito para sua posição (ganhar posição, você não está nem ouvindo o que o outro está falando).

Deve se esclarecer que a referida professora esteve à frente do Sind-UTE (Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação) nos anos de 1989 a 1991. Vale ressaltar que, em agosto de 1990, a União dos trabalhadores da Educação passou a ser sindicato em função da Constituição de 1988 que concedeu o direito de sindicalização aos servidores públicos.⁵ No caso específico da então UTE se transforma em Sind-UTE devido ao processo de unificação das entidades que atuavam no magistério mineiro.

Após essa reflexão tomando como base tanto a UTE como a APOESP, conclui-se provisoriamente que, o movimento de docente tanto em Minas Gerais como em São

⁵ - Deve-se esclarecer que a UTE surgiu após um movimento grevista de 41 dias em 1979 como associação de classe e não como sindicato em função de sua base ser de professores da Rede Pública de Minas Gerais e pelos estatutos legais daquela época os servidores públicos proibiam a sindicalização dos mesmos.

Paulo, tomando os dois estados da federação como parâmetro, no final dos anos 1970, nos possibilita compreender que a mobilização permitia uma ligação identitária entre os dirigentes e as bases sociais. Esse momento histórico que denomino de constituinte em função de que aqueles trabalhadores que não tinham vinculações ideológicas e/ou partidárias participavam das mobilizações. Por outro lado, como se pôde verificar na afirmação do professor Fernando Cabral ainda no momento constituinte, as organizações de esquerda procuravam tornar hegemônicas frente ao movimento, inclusive com intercâmbios interestaduais.

Interessante apontar que o pronunciamento da professora Dayse, já em outro momento histórico, ou seja, após a abertura política no Brasil, nos permite concluir que esse processo torna-se mais claro principalmente, à medida que essas organizações de esquerda passam a se integrarem na formação do Partido dos Trabalhadores, PT. No caso de Minas Gerais isso se torna muito claro, mesmo porque se materializa nas eleições de 1982, quando a principal liderança da UTE, professor Luiz Dulci, se elege como deputado federal pelo recém criado partido.

Verifica-se, então, que a UTE através do movimento consolidado em 1979 e 1980 um aumento do seu espectro chegando a um relacionamento nacional no sentido da construção de um movimento sindical de “outro tipo” no contexto do professorado. No entanto esse esforço de ampliar seu espectro de ação faz com que a UTE se coloque mais próxima dessa ação ético-política do que em consolidar com suas bases sociais mesmo no momento que denomino de “*constituinte*”, como já foi afirmado anteriormente Corroborando essa afirmativa vejamos a citação apresentada pelo professor João Pinto Furtado:

No contexto em questão, a concepção de solidariedade foi m dos principais instrumentos de coesão e definição dos “parceiros”. No primeiro momento de articulação da UTE, nos anos de 79 e 80, chama a atenção o fato de que, em função das limitações legais e de infra-estrutura citadas, foi fundamental para o sucesso da mobilização o concurso de outras organizações seja a partir de contribuições financeiras, seja a partir de apoio político, seja a partir de cessão de instalações e telefones. Assim destacaríamos, por exemplo, o fato de que, neste primeiro momento, em uma boa parte dos documentos

levantados, os telefones e endereços de contato são os da UMES⁶ e casa dos Jornalistas (FURTADO, 1993: 83).

Nesse sentido urge salientar eu a rede de conexões estabelecida pela UTE tende a se expandir no mundo sindical à medida que recebe apoio concreto de entidades sindicais. Esse apoio ultrapassa o ato político simbólico, ou seja, não se resumia em uma moção tirada em uma assembléia e/ou uma menção na imprensa sindical. Ia além, inclusive com doações em dinheiro e espaços para produção de materiais de divulgação do movimento. Interessante citar o depoimento do professor Carcerone que reforça a magnitude dese envolvimento da sociedade civil com o movimento docente de Minas Gerais. *“Os professores da UFMG doaram um dia de seu salário para o movimento. Isso inclusive permitiu que a UTE adquirisse uma linha telefônica e maquinário que possibilitou estabelecer um pequeno parque gráfico”*.

Interessante retomar a questão do apoio recebido nos primeiros momentos da UTE que consubstanciam nos momentos de greve. Assim sendo, no intuito de ilustrar concretamente essa ação solidária, torna-se interessante citar, a partir de um documento do arquivo Sind-UTE intitulado *“Entidades que apoiaram o movimento dos professores (1980)”*, o grupo de entidades que se solidarizam com o movimento docente de Minas Gerais:

Sindicatos: trabalhadores em indústrias de fumo, professores, médicos, bancários, gráficos, destilarias, fiação e tecelagem, rodoviários, metalúrgicos-BH, metalúrgicos-Ipatinga, vendedores, assistentes sociais, jornalistas e sociólogos. Associações e entidades APUBH, UNE UEE, DCEs PUC e UFMG, UMES, Movimento Contra a Carestia, Centro Mineiro de Cultura Popular, Associação Bairro Riacho, Associação 1º de maio, Executiva Regional do PT, Departamentos Jovem e Feminino do PMDB, Jornais: Convergência Socialista, O Trabalho, Tribuna Operária e Igreja: Nota dos Bispos, Pessoal da Igreja São José, Pastoral dos Direitos Humanos (apud FURTADO, 1993: 85).

⁶ Umes – União Municipal dos Estudantes Secundaristas.

Nota-se que, a UTE, em seu momento instituinte abre uma possibilidade histórica de se estabelecer uma rede alianças que sugeriria pensar uma ruptura com a ditadura militar em uma perspectiva mais democrática e popular. Pois o leque de apoio e interatividade no campo da sociedade civil apontava nesse sentido. Inclusive, setores como de pais e alunos se posicionavam como aliados e reconhecedores da justiça do movimento docente. O grau de filiação por parte dos trabalhadores à UTE foi bastante significativo pois, já em meados dos anos de 1980 ultrapassava dos 25.000 associados⁷. Esse era o cenário que se apresentava, inclusive em 1987 durante um movimento grevista cujo governador era Newton Cardoso (PMDB), segundo depoimento oral dado pelo deputado Rogério Correa, organizou uma assembléia na Praça Sete (região central de Belo Horizonte) com a presença de 100.000 pessoas, incluindo também trabalhadores da educação da Prefeitura de Belo Horizonte.

De instituinte a instituído

Dessa maneira torna-se importante demarcar cronologicamente o processo histórico de desenvolvimento do movimento docente de Minas Gerais, ou seja, um movimento que surge no contexto contestatório à Ditadura Militar e que, acaba englobando uma postura hegemônica na sociedade civil. Postura essa que significava a proposta de ruptura com o modelo político imposto em 1964 e, no campo sindical, uma postura crítica ao velho sindicalismo, considerado pelego e atrelado ao Estado em suma, romper com o modelo varguista.

Assim sendo, as mobilizações dos finais dos anos 1970, marcadas pelas lutas sindicais dos metalúrgicos do ABC paulista marcadamente engajado no novo sindicalismo e, no caso de Minas Gerais, o movimento docente dos professores da rede pública apresentam características significativas de movimentos instituintes, tais como, aproximação entre grupo de lideranças com as bases, autonomia frente aos movimentos políticos partidários e as referidas lideranças são identificadas enquanto companheiros de trabalho.

A razão desse desabrochar da sociedade civil com maior intensidade no

⁷ Dados obtidos no trabalho já citado do professor João Pinto Furtado.

final dos anos 1970 tem como elemento catalisador a crise econômica deslanchada no início da década, é a chamada “*crise do milagre brasileiro*”, assim denominado em função dos altos índices de crescimento econômico apresentado no hiato de tempo que foi de 1968 a 1973.(MATTOS: 2003) Porém, só fator econômico não explicaria esse deslanchamento do movimento dos trabalhadores como se pode verificar nos parágrafos anteriores, existe uma organização embrionária na sociedade brasileira para que ela se movesse e forçasse abertura de canais para negociações e participação políticas de setores que viviam no “*exílio das fábricas*” (FARIA, 1986) porque esses canais não existiam...(OLIVEIRA, 2006: 29)

É esse momento histórico que caracterizo como instituinte, mas, em processo de se institucionalizar em uma perspectiva dialética porque à medida que, como já foi dito em parágrafos anteriores o grupo dirigente vai se aproximando de uma postura mais próxima da organização partidária e/ou de grupos externos ao movimento de base o movimento passa de instituinte a instituído. No caso do movimento docente de Minas Gerais em sua trajetória histórica isto se torna mais caracterizado na passagem histórica dos finais dos anos 1970, formação da UTE e início dos anos 1990 que foi a criação do Sind-UTE. Mesmo porque o engajamento político partidário se acirra no seio do movimento sindical brasileiro.

A nossa greve teve um apoio muito grande. Eu acredito que um apoio popular maior que a maioria dos movimentos de professores no país inteiro. E isso se deve a alguns fatores políticos e alguns desses fatores de psicologia de massas. O fato de, por exemplo, 80 por cento dos professores grevistas serem do sexo feminino pode ter influenciado na simpatia imediata que a greve despertou porque as nossas formas iniciais de lutar eram de uma certa ingenuidade, simplicidade, formas um tanto quanto prosaica que geraram uma simpatia imediata. Mas é claro que isso não foi o fator determinante. O determinante para o apoio popular foi a distribuição bastante equitativa do magistério por todas as cidades do Estado e por todos os Bairros da Capital. Em toda comunidade que nós possamos caracterizar, seja grande ou pequena existe um número razoável de escolas, que geralmente, têm uma grande vinculação com a população como um todo. Tudo isso contribui para que a população desde o primeiro momento visse o movimento como algo que partiu da população mesmo e não como um movimento, em princípio político, de conteúdo ideológico definido. Por outro lado, a situação gravíssima da deteriorização do salário do professor, de conhecimento público, motivou a solidariedade para o movimento. (DULCI apud Jornal dos Bairros, 21/06/1979).

E mais:

A população via naquela greve como uma possibilidade de liberdade, era um grito de liberdade contra a ditadura. Mesmo que os professores tivessem reivindicações econômicas, grande parte dos professores até se arrepiavam

em gritar nas passeatas: “Abaixo a Ditadura”. O que via também, eram outras palavras de ordens como “Mandando o governo ir para o Piauí”, Francelino Pereira “, palavras mais nesse sentido, menos politizadas”, palavras mais focadas no governador e também na questão salarial. Mas é evidente que a grande massa do nosso povo de Minas Gerais e no Brasil inteiro torcia pelas greves, a dos metalúrgicos, as nossas, qualquer uma, por que aquilo enfraquecia o regime militar, então o respaldo era quase que geral. Era secundário, de certa forma, se os meninos estavam ou não perdendo aulas. Aquela não era a grande questão posta na época, se aquilo atrapalha ou não a educação dos meninos. Bem, por que era a primeira, não se tinha consciência do que aquilo prejudicaria os alunos, não estava posto, não estava na pauta essa preocupação. (ROGÉRIO CORRÊA)

As citações acima demonstram como o movimento docente Minas Gerais tem, na sua gênese uma identificação muito forte base/grupo dirigente, caracterizando aquilo que chama de processo instituinte. Mas, em alguns exemplos históricos de movimentos populares, e no caso mineiro, foi bem típico, o grupo dirigente que se engaja no movimento político partidário muda de campo, melhor dizendo, de defensores dos direitos dos trabalhadores passam a pertencerem ao aparelho de Estado, portando patrões. O caso do professor Dulci é bem característico, ele fez carreira política, foi o primeiro deputado federal eleito pelo Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais, e com ascensão de Lula à presidência da República passa a ser ministro de Estado. Ai a percepção das bases sociais no que diz respeito ao grupo dirigente passa a ser de desconfiança e até mesmo de críticas ao mesmo, como se pode notar na citação abaixo:

Não, eu acho que ele (sindicato) dá importância para vários fatores, mas esse sendo como primordial ele fica para terceiro plano. Saem outras coisas, saem outras vantagens, mas o salário continua o mesmo. Volto a afirmar, acredito que os representantes do Sind-UTE estão usando o sindicato, o Sind-UTE(sic.), como trampolim. (ELAINE TADEU)⁸

A visão, portanto, que a base social do sindicato tem nos coloca uma questão interessante, à medida que o movimento se institui e se consolida como uma organização apresenta um estranhamento da diretoria com relação à base. Na intenção de corroborar tal afirmação apresentarei alguns elementos evidenciados pelas pesquisas realizadas:

1 – durante o momento constituinte da UTE os militantes que formam inicialmente o CGG (Comando Geral de Greve)⁹ e posteriormente o primeiro núcleo

⁸ - Professora que atua há mais de 20 anos em escola pública estadual.

⁹ - Comando Geral de Greve constituído durante a mobilização de 1979.

dirigente da entidade recém criada emergem dos locais de trabalho, ou seja, das escolas. Então, nesse sentido, eram companheiros de trabalho daqueles que permaneciam na base social. No processo de institucionalização da entidade, os mesmos passam a exercer o trabalho sindical e, apesar de constar nos documentos oficiais da UTE e, posteriormente Sind-UTE, a idéia de rotatividade da diretoria, a tônica foi o continuísmo. Além de tudo, a decisão sobre quem seriam os candidatos não passa pelos órgãos coletivos da entidade¹⁰ mas, sim pelas diversas tendências que atuam no interior do movimento docente. À base social cabe a função de votar, repetindo assim o ritual do processo eletivo tradicional herdado do projeto liberal, centrando no construto da representação. Diante disso, urge referenciar esse detalhe, geralmente os membros que compõem a base social, os trabalhadores da educação, e não pertencem às tendências, sempre denominam a diretoria como sindicato, como se ela (a diretoria) constituísse o sindicato por si só, algo estranho à base. É comum ouvir esse discurso nas entrevistas colhidas durante a pesquisa: *“o sindicato não olha para nós”*, *“os diretores só querem ficar de fora da sala de aula”* ou *“eles têm objetivos políticos”*.

2 – reportando ainda o momento constituinte o relacionamento do movimento dos docentes em Minas Gerais com outros movimentos sociais foi profícuo, inclusive com a comunidade onde a escola estava presente. Como já foi comentado no corpo desse artigo, durante a greve de 1979, as lideranças comunitárias participavam solidariamente do movimento. O movimento estudantil apresentava moções de apoio aos docentes. Outros movimentos de trabalhadores, principalmente sindicais, apoiavam concretamente o movimento, inclusive com sua infra-estrutura. Porém, a partir da institucionalização do movimento, isso não mais acontece, principalmente após o processo de redemocratização do país, pois a luta contra a Ditadura Militar findara. Daí que o elo de ligação entre os movimentos sociais e o movimento de docentes em Minas Gerais se rompe. O que vem acontecendo é, também, um estranhamento por parte das comunidades com relação ao movimento docente, principalmente nos momentos de greve. Esse estranhamento se torna mais claro quando a Associação de Pais e Mestres requerem junto ao Ministério Público o retorno às aulas no intuito de garantir o direito à educação para seus filhos.

¹⁰ - Denominam órgãos coletivos da entidade as assembleias, congresso, sub-sedes e mesmo representantes de Escola.

3 – outra evidência que confirma esse estranhamento entre o núcleo dirigente/base social é um posicionamento que vem desde o momento inicial da organização da UTE e, que coincide com a reestruturação partidária no Brasil, foi a inserção dos militantes principalmente do núcleo na construção do PT. Postura essa decorrente da aproximação dos militantes citados com as teses do chamado “*Novo Sindicalismo*”. Como diria o professor Carlão: “*a UTE foi o elemento articulador da formação do PT em Minas Gerais, onde tinha uma professora ou professor que organizou a greve de 79, ele ou ela era contatado e se organizava um diretório do partido*”. A participação dos militantes na formação e organização do PT levou que os mesmos se tornassem lideranças políticas partidárias e assumindo cargos políticos nas esferas do poder. Isso leva a ambigüidades tais como o dirigente que no sindicato defendia, por exemplo, aumento salarial e na administração respondia da mesma maneira que os dirigentes tradicionais: “*não temos caixa*” ou passavam a acusar o movimento docente de “*movimento político*”. Isto acabou acontecendo quando em 1992, o PT consegue eleger, pela primeira vez, o prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias. Já em sua posse, 1993, enfrenta uma greve do magistério e sua postura frente ao movimento é a de um Estado-Patrão.

4 – outro fator que permite o entendimento desse estranhamento entre núcleo dirigente/base social diz respeito a próprio processo de formação do trabalhador em educação e, também, no que diz respeito à formulação de políticas públicas para o campo da educação. No que concerne à formação do trabalhador em educação ao longo de sua história o Sind-UTE não construiu uma proposta que fosse assumida pela categoria e servisse de referência naquilo que se dissesse respeito a um projeto para a formação do trabalhador em educação para que, inclusive, aproximasse com as necessidades da grande maioria da população brasileira: os trabalhadores. Inclusive o professor Rogério Campos na sua tese de Doutorado nos lembra que, nos movimentos reivindicatórios dos docentes a “*Defesa da escola pública e gratuita, da sua melhoria, o mais das vezes não vai além de uma bandeira geral, que não encontra desdobramentos num possível aprofundamento da discussão acerca da problemática educacional*”.(CAMPOS, 1992).

Percebe-se claramente que a trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais é percorrida dentro de um contexto político de transformações significativas tanto no Brasil como no mundo:

- o processo de redemocratização interna no país e com isso a reestruturação política nacional
- no contexto internacional, a crise do chamado socialismo real e o processo hegemônico do chamado neoliberalismo.

Desta maneira, ao analisar a trajetória histórica do movimento docente em Minas Gerais, nesse momento histórico hegemônico pela mentalidade neoliberal¹¹, algumas questões se colocam enquanto desafios. Entendo que a capacidade de rearticulação do movimento docente repassa pela discussão daquilo que o professor Miguel Arroyo denomina de “*o ofício do mestre*”, ou seja, retomar a função social do docente e da pedagogia como ferramenta de construção de um outro mundo possível. Para isso a participação da base social é fundamental, pois o processo de institucionalização reificou-se enquanto, ironicamente, cupulista. Ironicamente, porque as críticas que se faziam ao sindicalismo herdado do varguismo pelo novo sindicalismo, dentre outras, era de que o mesmo seria cupulista e, no caso do Sind-UTE caudatário do novo sindicalismo se institucionaliza como organismo de cúpula.

Outra reflexão que se deve fazer é voltar-se para a discussão do trabalho docente, perceber que não basta a conquista do poder estatal para realizar as mudanças, pois foi nessa estratégia de ação política dos fundadores da UTE e, depois Sind-UTE, apostaram e, no entanto, quando cruzamos as entrevistas realizadas para a confecção desse trabalho, concluímos, mesmo que parcialmente, que a relação existente entre núcleo dirigente/base social é de estranhamento.

¹¹ - A hegemonia da mentalidade neoliberal se manteve até início dos anos 2000, com a crise do sistema financeiro ocorrida no final de 2008 os pressupostos neoliberais estão sendo colocados em questionamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Pontes, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.
- CAMPOS, Rogério Cunha. *Cenas da educação brasileira: lutas sociais e desgoverno nos anos 80 na Grande Belo Horizonte*. São Paulo: USP, 1992.
- FARIA, Hamilton José Barreto. *A experiência operária nos anos de resistência: a oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário (1964/1978)*. São Paulo: PUC/SP, 1986. (Dissertação de Mestrado)
- FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. *Práticas educativas no movimento popular: a experiências das mulheres no Bairro Industrial*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1986 (Dissertação de Mestrado).
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos: (1955-1985)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- OLIVEIRA, Wellington de. *Trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2006 (Tese de Doutorado).

ENTREVISTAS – (FONTES ORAIS)

- Professor Antonio Carlos Pereira – “Carlão” – concedida em 15/05/2003
- Professora Daysi Cunha – concedida em 03/06/2003
- Professora Elaine Tadeu Gonçalves – concedida em 23/05/2005
- Professor Fernando Cabral – concedido em 16/06/2003
- Professor Ludgero – Concedida em 05/08/2003
- Professor Luiz Fernando Carcerone – concedida em 17/08/2004
- Professor Rogério Correa – concedido em 23/07/2003